

Memorando 16.054/2023

De: SIDNEI R. - BCPREVI - DFNC - CONT

Para: BCPREVI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos - A/C Karine G.

Data: 10/04/2023 às 18:16:38

Setores envolvidos:

BCPREVI - DFNC, BCPREVI - DB, BCPREVI, BCPREVI - CF, BCPREVI - DFNC - CONT, BCPREVI - CD

Relatório de Gestão 2022 - TCE-SC IN 20/2015

Boa tarde,

Segue anexo o Relatório de Gestão do BCprevi referente a IN-20/2015 TCE-SC do exercício de 2022, para assinaturas.

att,

—
Sidnei Riquetta

contador

CRC/SC 029.989/O-1

Anexos:

Relatorio_Gestao_2022_IN_20_2015_TCE_SC.pdf

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ – BCPREVI
IN/TCE - SC, n° 20/2015
EXERCÍCIO DE 2022**

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Camboriú – BCPREVI, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende um conjunto de benefícios que atendem às seguintes finalidades: garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada e falecimento. Finalidades atingidas por intermédio dos benefícios previdenciários constitucionais, que são: aposentadoria por idade, por tempo de contribuição, por invalidez, aposentadoria compulsória e pensão por morte.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Autarquia Municipal, com personalidade jurídica própria.

Lei de Criação: Lei n.º 2.421/2004

Estatuto do BCPREVI: Decreto n.º 4.050/04

CNPJ: 07.252.009/0001-39

Endereço: Rua Dinamarca, n.º 175, Sala 01, Bairro das Nações, Balneário Camboriú – SC,
CEP 88.338-315

Fone: (47) 3360-6253

Whatsapp: (47) 999822267

Site: <https://www.BCPREVI.sc.gov.br/>

https://www.tcsc.tc.br/sites/default/files/leis_normas/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%2020-2015%20CONSOLIDADA.pdf

RESPONSÁVEIS:

Diretora-Presidente:

KARINE ALMEIDA GOMES

CPF: 004.644.529-37

Portaria de Nomeação n.º 91799/2022, publicada do DOM em 03/10/2022

Rua 1061, n.º 356, apto 704, centro, Balneário Camboriú/SC

E-mail: karine.gomes@bc.sc.gov.br

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

A organização e administração do BCPREVI compõe-se de: Conselho Administrativo; Conselho Fiscal; e Diretoria Executiva.

Conselho Administrativo: Composto por 08 (oito) membros nomeados pelo chefe do executivo, os quais, 02 (dois) do quadro dos servidores ativos, e 01 (um) dentre os servidores inativos. 04 (quatro) serão eleitos, sendo que destes 02 (dois) serão do quadro dos servidores ativos e 02 (dois) do quadro dos servidores inativos. O presidente do BCPREVI é membro nato com direito a voto. O mandato do conselho administrativo será de 03 (três) anos, permitida a reeleição, com exceção de 1/3 dos seus membros a cada mandato, sendo assim obrigatório a renovação.

Conselho Fiscal: Composto por 05 (cinco) membros nomeados pelo chefe do executivo, sendo 02 (dois) indicados pelo Prefeito, dentre os servidores ativos. Os demais serão eleitos dentre os ativos e inativos, para um mandato de 03 (três) anos, permitida reeleição, desde que, com renovação de 2/5 dos membros a cada mandato.

A Diretoria Executiva é composta por 03 (três) membros nomeados pelo chefe do Poder Executivo, sendo: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Benefícios. Tais cargos serão exercidos com exclusividade de dedicação e providos em comissão, assim como os demais cargos comissionados do BCPREVI: Procurador Jurídico e Coordenador Administrativo.

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS:

As competências dos órgãos colegiados estão relatados na Lei Ordinária nº 2.421 de 2004, conforme segue:

Art. 15 Compete ao Conselho Administrativo:

- I - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;
- III - aprovar o plano de custeio, os planos de aplicação financeira dos recursos do Instituto, bem como de seu patrimônio;
- IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;
- V - aprovar o orçamento do Instituto;
- VI - solicitar ao Executivo Municipal abertura de créditos suplementares e especiais;
- VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;
- VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;
- IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;
- X - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;
- XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;
- XII - fiscalizar os atos de gerenciamento da Diretoria Executiva;
- XIII - autorizar o parcelamento de débitos patronais existentes.

Art. 16 Compete ao Conselho Fiscal:

- I - eleger o seu Presidente;
- II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III - pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;
- IV - elaborar e votar seu Regimento Interno;
- V - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 17 São atribuições do Diretor Presidente:

- a) representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) participar das reuniões do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal;
- c) movimentar as contas bancárias do Instituto, em conjunto com o Diretor Financeiro;
- d) gerenciar os recursos humanos do Instituto;
- e) autorizar licitações e contratações;
- f) prestar contas de sua administração;
- g) prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;
- h) encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;
- i) apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal;
- j) emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições.

Art.18 São atribuições do Diretor Financeiro:

- a) dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;
- b) assistir ao Diretor Presidente no desempenho de suas atribuições;
- c) praticar os atos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;
- d) cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadoras das atividades do Instituto;
- e) encaminhar ao Diretor Presidente, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta orçamentária da autarquia;
- f) estudar e propor, ao Diretor Presidente, reajustamentos de elementos da receita e da despesa e quaisquer atos administrativos, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Instituto;
- g) emitir cheques, movimentar contas bancárias e aplicações financeiras, em conjunto com o Diretor Presidente;
- h) elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;
- i) substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos e ausências;
- j) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem à agilização de suas atribuições.
- k) supervisionar as atividades do Coordenador Administrativo.

Art. 19 São atribuições do Diretor de Benefícios:

- a) analisar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos;
- b) coordenar o registro e atualização dos assentamentos dos segurados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;

- c) solicitar requisições de empenho de despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;
- d) expedir declarações decorrentes de seus registros e assentamentos;
- e) orientar segurados e dependentes e realizar investigações "in loco", se necessário, para a análise dos processos em andamento;
- f) participar das reuniões com segurados e com os membros dos Conselhos para esclarecimentos relativos à sua área de atuação;
- g) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem a agilização de suas atribuições.
- h) apresentar propostas de alteração e adequação do BCPREVI às legislações existentes.
- i) substituir o Diretor Financeiro nos seus impedimentos e ausências.

ANEXO V - II – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) – 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Segundo a Lei Ordinária Municipal nº 4.601 de 14/12/2021 (LOA) O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Balneário Camboriú é responsável apenas por 1 (um) programa dentro do orçamento do município:

- (1921) – **SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA:** com orçamento estimado de **R\$ 218.409.908,63** (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e nove mil, novecentos e oito reais e sessenta e três centavos), sendo desmembrado em 05 (cinco) Ações, conforme segue:

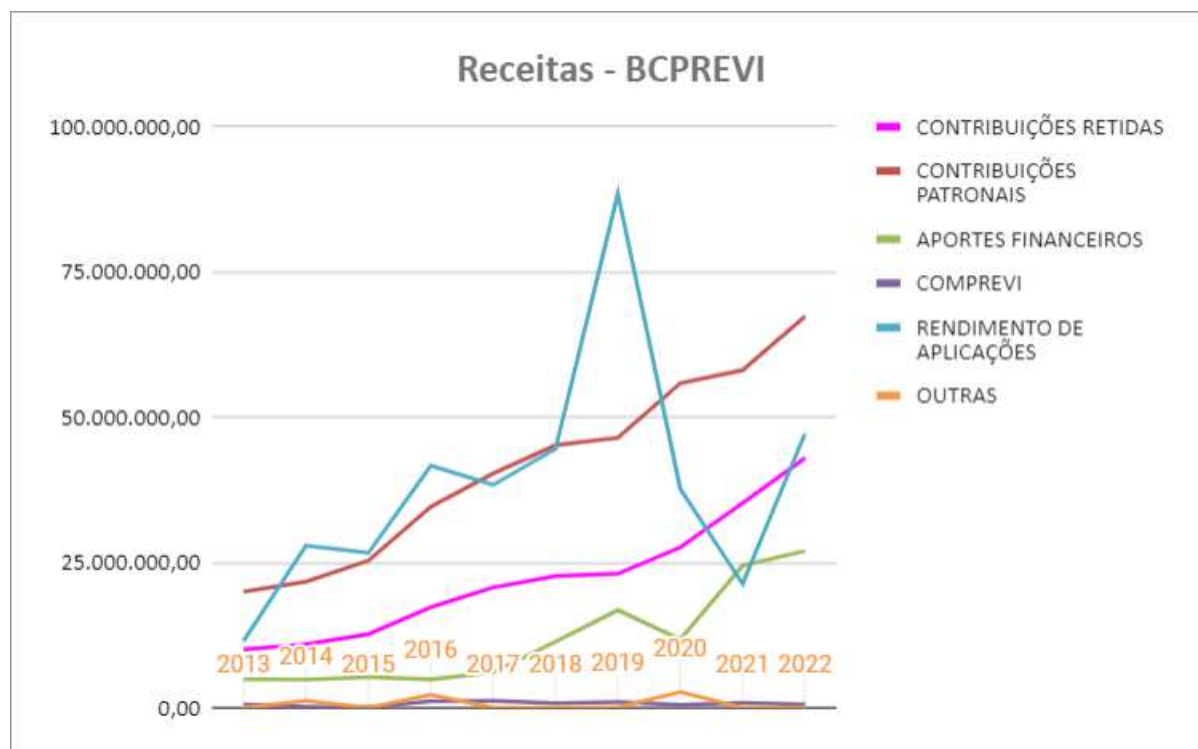
2.185 - Gestão da taxa de Administração do RPPS	R\$ 5.100.000,00
0.8 – Contribuição ao PASEP – BCPREVI	R\$ 3.100.000,00
2.47 – Pagamento Benefícios Previdenciários – RPPS	R\$ 87.015.000,00;
2.187 – Pagamento de Sentenças e precatórios do RPPS	R\$ 250.000,00;
0.2 – Reserva para benefícios Previdenciários	R\$ 122.944.908,63;

a) – 2. METAS FÍSICAS e FINANCEIRAS

Sobre a gestão financeira cabe apresentar inicialmente os dados referentes a receita de 2022 em comparação com a dos anos imediatamente anteriores:

RECEITAS – BCPREVI											
RUBRICAS	PERÍODOS										
	2017	2018	VAR.% ¹	2019	VAR.% ¹	2020	VAR.% ¹	2021	VAR.% ¹	2022	VAR.% ¹
CONTRIB. RETIDAS	20.704.369,40	22.672.661,49	9,51	23.075.904,50	1,78	27.604.936,19	19,63	35.269.372,78	27,76	42.990.631,27	21,89%
CONTRIB. PATRONAIS	40.350.583,86	45.189.652,16	11,99	46.469.963,23	2,83	55.882.601,41	20,26	58.094.493,89	3,96	67.348.092,50	15,93%
APORTES FINANC.	6.058.591,22	11.400.000,00	88,16	16.800.000,00	47,37	11.769.184,34	-29,95	24.492.778,33	108,11	26.996.876,29	10,22%
COMPREVI	1.204.417,55	750.804,91	-37,66	958.264,20	27,63	500.607,15	-47,76	855.039,40	70,8	577.659,85	-32,44%
RENDIM. DE APLICAÇÕES	38.358.043,63	44.558.301,04	16,16	88.505.476,51	98,63	37.680.046,50	-57,43	21.319.563,59	-43,42	47.135.941,12	121,09%
OUTRAS	347,44	8.711,52	2407,35	62.906,98	622,11	2.708.812,11	4206,06	6.242,15	-99,77	176,30	-97,18%
TOTAL	106.676.353,10	124.580.131,12	16,78	175.872.515,42	41,17	136.146.187,70	-22,59	140.037.490,14	2,86	185.049.377,33	32,14%

¹ Variação do ano em relação ao imediatamente anterior.



No gráfico acima percebe-se uma progressão paralela ascendente da linha das contribuições tanto retidas como patronais de 2013 a 2022. Nas arrecadações de COMPREVI se observa uma diminuição no valor arrecadado ao longo dos anos apresentados visto a falta de novas análises de processos já encaminhados ao INSS por este órgão, assim, os processos já concedidos vão se extinguindo por falecimento sem a concessão de novos, o que acarreta em diminuição progressiva dos valores recebidos. Quanto aos Aportes financeiros para o equacionamento de déficit atuarial em 2022, foi recebido o valor referente ao ano de 2022 oriundo do reconhecimento do déficit atuarial repactuado pelo Decreto nº 10.660 de 15/12/2021 no valor de R\$ 24.233.357,76. Também houve continuidade da arrecadação na rubrica oriundo do parcelamento das parcelas de julho a dezembro de 2020, no valor de R\$ 11.034.893,09, o qual foi autorizado mediante promulgação da Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 2020, Termo de Parcelamento nº 045/2021, tendo sido recebido ao longo de 2022 a importância de R\$ 2.804.109,51, estando ao término do exercício na parcela 23 de 60.

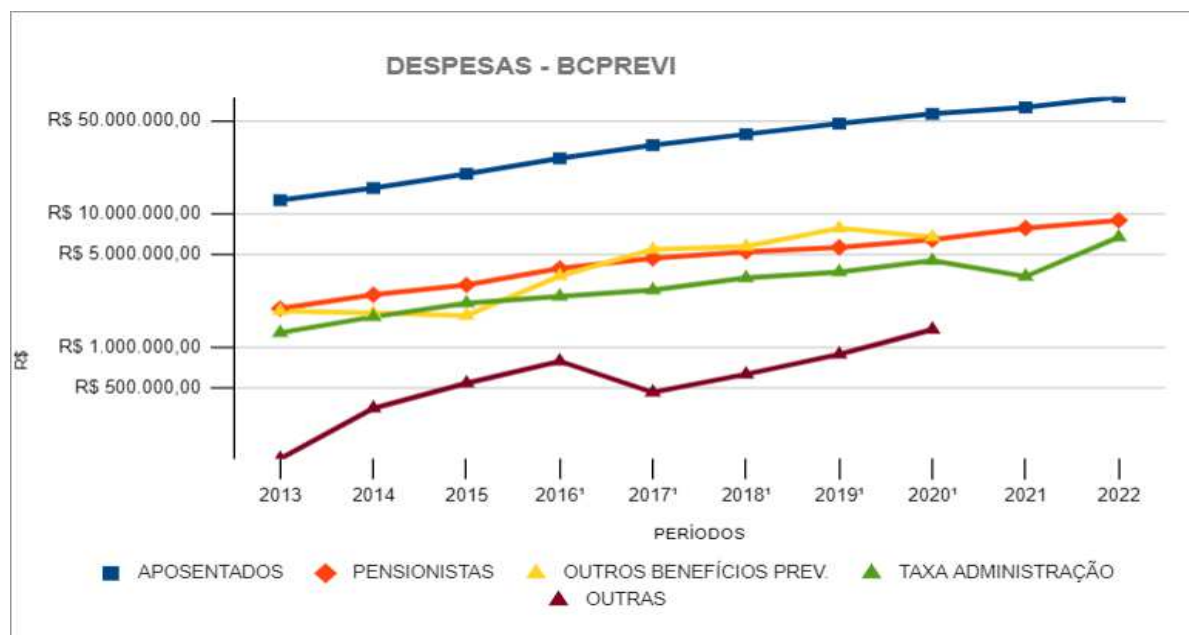
Na linha das receitas de rendimentos de aplicações financeiras ao longo dos períodos se nota uma escada ascendente até 2018 com destaque para o exercício de 2019, o qual saltou positivamente no gráfico, isso em decorrência principalmente da formalização, profissionalização e dedicação do Comitê de Investimentos do BCPREVI, que foi instituído pelo Decreto Municipal nº 8.705 de 16 de novembro de 2017, atualizado pelo Decreto Municipal nº 10.998 de 05 de outubro de 2022. Os rendimentos financeiros de 2019 para 2018 evoluíram 198,63%, e arrecadou 85,48% acima do previsto no orçamento inicial. Desta forma, a meta atuarial do BCPREVI em 2019, de “IPCA + 6% = 10,59%”, foi superada, findando em 19,76%, correspondendo a 186,59% da meta. Já em 2020 e 2021, os impactos na atividade econômica global trazidos pela Pandemia atual, trouxe uma queda sistêmica nos mercados do

mundo todo, sendo ainda mais prejudicial aos países subdesenvolvidos como o Brasil. Assim, a meta atuarial do BCPREVI em 2020, de “IPCA + 5,87% = 10,63%”, não foi atingida, performando em 5,16%, correspondendo a 48,54% da meta, e em 2021 os impactos foram ainda mais intensos, sendo que a elevada inflação aumentou consideravelmente a meta atuarial para 16%, conjugado com a performance negativa da carteira como um todo, pela primeira vez, -1,15%, acabou por comprometer até mesmo a média dos últimos três anos da carteira de investimentos do BCPREVI, sendo meta 37,22% e a carteira performando 23,77%. No exercício de 2022 ainda persiste os impactos inflacionários decorrente da escassez de oferta advindo da pandemia, agravado ainda com os impactos da guerra Rússia/Ucrânia. Apesar disso, a carteira demonstra sinais de recuperação, visto que a meta atuarial de 2022 findou em 10,92 = (IPCA + 4,87%), rentabilizando positivos 2,73%, ou seja, 25% da meta. Apesar da performance ruim a curto prazo, o BCPREVI vem aproveitando as oportunidades de mercado que se apresentam em virtude de todo o pessimismo trazido de forma sistêmica para performar visando o longo prazo, bem como vem aumentando sua exposição em Títulos Públicos indexados à inflação (IPCA), marcados na curva com taxas que superam a meta atuarial, atualmente 22,96% da carteira.

Sobre as despesas do BCPREVI, abaixo segue quadro e gráfico para expor sua execução em 2020 em comparação aos anos de 2016 a 2018:

DESPESAS BCPREVI											
TIPO	2017	2018	VAR.%¹	2019	VAR.%¹	2020	VAR.%¹	2021	VAR.%¹	2022	VAR.%¹
APOSENTADOS	32.701.683,79	39.456.187,06	20,65	47.349.999,50	20,01	55.939.060,17	18,14	62.552.663,53	11,82	75.026.959,16	19,94%
PENSIONISTAS	4.656.565,73	5.218.464,63	12,07	5.626.127,28	7,81	6.413.272,71	13,99	7.836.342,79	22,19	8.955.463,08	14,28%
OUTROS BENEFÍCIOS PREV.	5.430.367,14	5.713.970,23	5,22	7.799.485,86	36,5	6.717.241,46	-13,88	0,00		0,00	
TAXA ADMINISTRAÇÃO	2.696.392,22	3.320.166,06	23,13	3.681.278,07	10,88	4.476.156,96	21,59	3.406.080,14	-23,91	6.696.653,34	96,61%
OUTRAS	463.734,07	632.436,30	36,38	891.882,15	41,02	1.367.692,90	53,35	0,00		0,00	
TOTAIS	45.948.742,95	54.341.224,28	18,26	65.348.772,86	20,26	74.913.424,20	14,64	73.795.086,46	-1,49	90.679.075,58	22,88%

¹ Variação do ano em a relação ao imediatamente anterior.

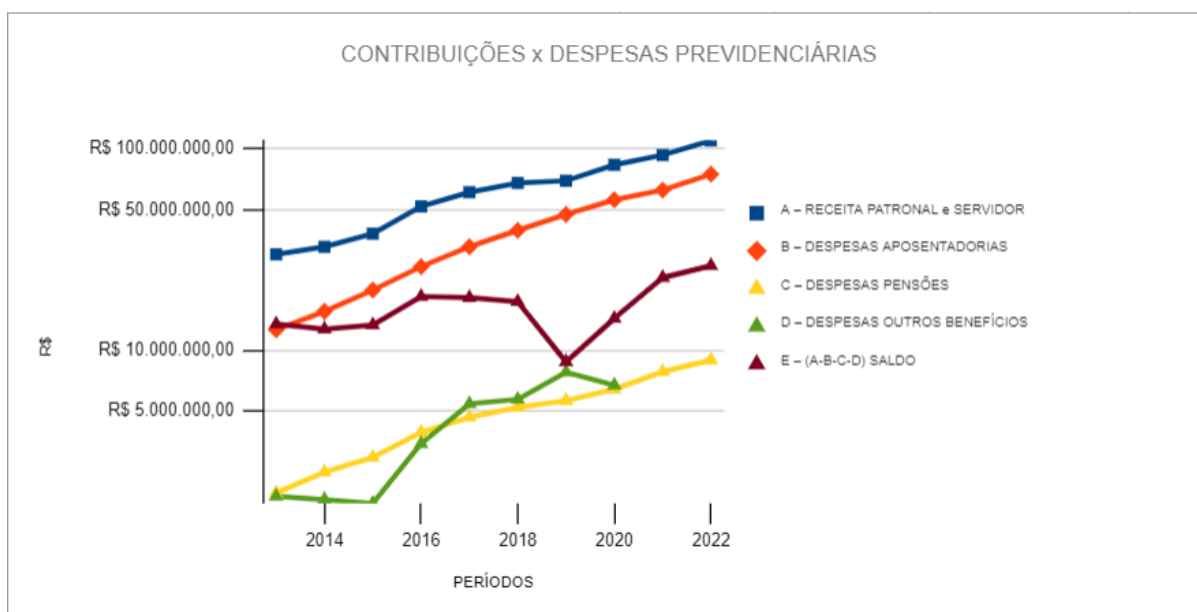


Ao contrário do último ano, as Despesas em 2022, aumentaram, de forma geral, em quase 23%, retomada a tendência de crescimento ao longo dos anos, visto a pausa em 2021, 1,49% frente a 2020. Como se percebe no gráfico acima, as despesas com Aposentadoria retoma sua crescente em aproximadamente 20% ao ano, se demonstrando constante o ritmo de crescimento das concessões de aposentadorias pelo BCPREVI. As Despesas com Pensões demonstraram um crescimento de 14,28% em relação ao ano anterior. Com relação as despesas com “Outros Benefícios Previdenciários”, cabe salientar que estes benefícios não serão mais desembolsados pelo BCPREVI em virtude da Emenda Constitucional nº 103/2019, a qual estabelece como atribuição dos RPPS o pagamento somente dos benefícios de aposentadorias e pensões. Considerando que os gastos com Administração do BCPREVI em 2021 teve relevante redução de 23,91%, em 2022 essa rubrica demonstra crescimento de 96,61%, justificado pela suspensão do pagamento das verbas patronais sobre o plano de saúde dos inativos - FUNSERVIR, que foi pago no ano de 2022.

Abaixo segue quadro e gráfico sobre as receitas de contribuições e despesas com benefícios previdenciários, ou seja o resultado da principal atividade do BCPREVI:

EVOLUÇÃO DA RECEITA x DESPESAS											
RUBRICAS	PERÍODOS										
	2017	2018	VAR.>%¹	2019	VAR.>%¹	2020	VAR.>%¹	2021	VAR.>%¹	2022	VAR.>%¹
A – RECEITA PATRONAL e SERVIDOR	61.054.953,26	67.862.313,65	11,15	69.545.867,73	2,48	83.487.537,60	20,05	93.363.866,67	11,83	110.338.723,77	18,18
B – DESPESAS APOSENTADORIAS	32.701.683,79	39.456.187,06	20,65	47.349.999,50	20,01	55.939.060,17	18,14	62.552.663,53	11,82	75.026.959,16	19,94
C – DESPESAS PENSÕES	4.656.565,73	5.218.464,63	12,07	5.626.127,28	7,81	6.413.272,71	13,99	7.836.342,79	22,19	8.955.463,08	14,28
D – DESPESAS OUTROS BENEFÍCIOS	5.430.367,14	5.713.970,23	5,22	7.799.485,86	36,50	6.717.241,46	-13,88	0,00			
E – (A-B-C-D) SALDO	18.266.336,60	17.473.691,73	-4,34	8.770.255,09	-49,81	14.417.963,26	64,40	22.974.860,35	59,35	26.356.301,53	14,72

¹ Variação do ano em a relação ao imediatamente anterior.



Através destes dados acima pode-se comparar a evolução das Contribuições em relação aos desembolsos com Benefícios Previdenciários e seu resultado. Percebe-se na análise das curvas do gráfico que as contribuições apresentam-se paralelas e em ascendência em relação aos pagamentos de benefícios até o exercício de 2022, com leve fechamento em 2019, devido a um aumento inexpressivo de 2% nas arrecadações com contribuições, porém, com retomada

em 2020, ou seja, aumento de 20% nesta receita. No exercício de 2019, houve queda do nível de crescimento das receitas operacionais do BCPREVI e uma considerável elevação das despesas operacionais, principalmente as despesas com pagamentos de aposentadorias com crescimento de 20%, sendo que em 2020 foi de 18%, ocasionando queda na sobra de recursos para capitalização. Até 2016 a evolução das contribuições superavam a evolução das despesas, o que mudou a partir de 2017, onde as despesas previdenciárias passaram a crescer mais que as receitas de contribuições, sendo que em 2020 e 2021 praticamente evoluíram uniformes. Em 2022 estas receitas e despesas evoluíram de forma similar, receita 18,18% e despesa 19,31. Destaque para a linha do “saldo”, que em 2017, 2018 e 2019 passam a crescer menos que seu ano imediatamente anterior, e em 2020 e 2021 volta a sobrar mais recursos, 64,4% e 59,35% respectivamente acima do resultado no ano anterior, demonstrando uma quebra na sequência negativa daqueles últimos anos, sendo que em 2022 apresenta-se resultado positivo, com evolução de 14,72%, mas aquém de seu ano imediato anterior.

a) – 3. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS (art.9º LRF)

Não há informação a declarar.

a) – 4. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Não há informação a declarar.

a) – 5. PERMANÊNCIA DE RESTOS A PAGAR POR MAIS DE UM EXERCÍCIO.

Os restos a pagar inscritos no BCPREVI que são levados por mais de um exercício financeiro são referentes à saldos de rescisão por falecimento do aposentado ou pensionista, aos quais aguardam por despacho de alvará judicial com a liberação dos recursos aos herdeiros dos valores.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS	
TIPO	SALDO A PAGAR
RP não Processados	42.208,27
RP Processados e não Proc.Liquidados	73.437,09
Total dos RP	115.645,36

**ANEXO V - III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:**

a) – Quadro de Pessoal: (anexo V, Item III, alínea “a”)

SALÁRIO COMISSIONADOS – 2022

Mês/2022	Comissionados		Efetivos Cedidos ¹		Estagiários	
	Qdd.	R\$	Qdd.	R\$	Qdd.	R\$
Janeiro	5	45.189,33	7	92.617,48	4	4.847,06
Fevereiro	5	46.251,43	7	95.416,36	4	4.848,00
Março	5	48.235,84	8	97.564,44	4	4.848,00
Abril	4	44.821,15	8	97.684,28	4	3.636,00
Maio	5	44.821,15	9	105.996,16	3	3.636,00
Junho	5	44.821,15	9	109.016,69	3	3.602,47
Julho	4	37.443,46	9	107.421,15	3	3.636,00
Agosto	4	34.622,62	9	105.045,02	3	3.636,00
Setembro	4	39.087,17	9	107.351,87	3	3.636,00
Outubro	5	41.920,68	10	106.839,26	3	3.636,00
Novembro	5	43.105,52	10	106.429,23	3	3.636,00
Dezembro	5	43.025,52	10	108.229,81	3	3.636,00
13º Salário	5	27.466,92	10	62.701,59	0	0,00
TOTAL		540.811,94		1.302.311,34		47.233,53

¹ Efetivos cedidos: o ônus desta despesa a partir de 2020 passou a ser do BCPREVI, através de reembolso às origens.

b) – Contratos de Terceirização (anexo V, Item III, alínea “b”)

Não há informação a declarar.

c) – Demonstrativos dos benefícios previdenciários: (anexo V, Item III, alínea “c”)

SALÁRIO APOSENTADOS E PENSIONISTAS - 2022

Mês/2021	Número de Aposentados	R\$ Aposentados	Número de Pensionistas	R\$ Pensionistas
Jan	821	5.242.293,30	197	687.331,90
Fev	826	5.272.807,69	196	680.246,33
Mar	834	5.315.764,00	197	712.050,63
Abr	841	5.370.598,70	196	686.030,07
Mai	844	5.729.711,41	194	672.298,92
Jun	852	5.749.587,21	195	676.367,07
Jul	861	5.805.748,67	198	699.223,50
Ago	867	5.862.105,35	201	706.874,11
Set	875	5.894.417,80	201	690.414,51
Out	879	5.923.077,15	200	679.344,19
Nov	886	5.985.056,19	200	696.367,08
Dez	892	6.049.893,36	201	763.977,82
13ºSal	889	5.744.170,33	201	677.735,22
TOTAL		73.945.231,16		9.028.261,35

d) Remuneração paga a membros de diretoria, conselho de administração, fiscal da Unidade Gestora (anexo V, Item III, alínea “d”)

Remuneração aos membros do comitê de investimentos do BCPREVI “Jeton” nomeados pelo Decreto Municipal nº 8.705 de 16 de novembro de 2017, revogado pelo Decreto nº 10.998 de 05 de outubro de 2022.

Mês/2022	Qdd	R\$
Janeiro	03	7.242,54
Fevereiro	03	7.668,57
Março	03	7.668,57
Abril	03	7.668,57
Maio	03	7.668,57
Junho	03	7.668,57
Julho	03	7.668,57
Agosto	03	7.668,57
Setembro	04	10.224,76
Outubro	04	10.224,76
Novembro	04	10.224,76
Dezembro	04	10.224,76
TOTAL		101.821,57

Estes valores acima são pagos na folha mensal da Prefeitura e reembolsados pelo BCPrevi.

IV – INFORMAÇÕES TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (anexo V, Item IV)

Não há informação a declarar.

V – INFORMAÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS (anexo V, Item V, alínea “a” e “b”)

NÚMERO	FORNECEDOR	VALOR	MODALIDADE
003/2018.04	Cotrans Locação Veículo Ltda	18.720,00	218/2017 - PRG
003/2019.3	Pública Tecnologia Ltda	20.972,28	002/2019 - IL
004/2019.3	Valmir J.C.Tico	88.970,40	001/2019 - DL
005/2019.3	A4 Digital Print Ltda	4.340,02	055/2019 - RP
006/2019.3	Valmir J.C. Tico	21.596,04	003/2019 - DL
001/2020.01	A4 Digital Print Ltda	125,31	055/2019 - RP
001/2021.01	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1.000,00	Dispensa
001/2022	Perfilweb inf.Ltda	10.080,00	Dispensa
002/2022	Dataprev S.A.	14.400,00	001.2022 - IL
003/2022	Merkadia Sol.Dig.Eireli	3.225,60	Dispensa
004/2022	Actuary Serv.Inf.Ltda	32.400,00	Dispensa
005/2022	Herzog Cons.Med.Ltda	22.220,80	Dispensa
006/2022	LDB Cons.Financeira Ltda	15.000,00	Dispensa
007/2022	FEPESE	267.930,00	008/2022 - DL

Publicação realizada no Diário Oficial do Município - DOM, bem como em jornal de Circulação Municipal e site do município. (www.bc.sc.gov.br).

V – INFORMAÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS (anexo V, Item V, alínea “c” e “d”)

As licitações em que o BCPrevi está inserido são realizadas pelo ente de forma generalizada para todos os órgão do município.

VI, VII, – OUTRAS INFORMAÇÕES (anexo V, Item VI, VII)

Não há informação a declarar.

ANEXO VI – CONTEÚDO COMPLEMENTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADE ADMINISTRADORA DE REGIMES PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA:

I – Avaliações atuariais:

ANOS	RESULTADOS
2022 (ano base 2022)	-127.283.668,47
2021 (ano base 2021)	-256.136.886,86
2020 (ano base 2020)	-412.865.553,98
2019 (ano base 2018)	-30.475.001,25
2018 (ano base 2017)	-49.338.311,28
2017 (ano base 2016)	-156.622.074,79
2016 (ano base 2015)	-239.232.751,09
2015 (ano base 2014)	-151.074.998,19
2014 (ano base 2013)	-169.944.230,63
2013 (ano base 2012)	-19.544.504,38
2012 (ano base 2011)	-59.979.992,29
2011 (ano base 2010)	-84.025.016,02
2010 (ano base 2009)	-132.531.872,51



O déficit atuarial apurado em 2021, ano base 2021, foi equacionado através da Lei Complementar Municipal, nº 15/2016, e Decreto nº 10.826 de 24 de maio de 2022, na forma de aportes anuais, mas pagos em parcelas mensais, a serem atualizadas a cada novo Cálculo Atuarial. O equacionamento do resultado atuarial de 2022, exercício 2022, está em tramitação.

II – Contribuições não recebidas: O RPPS de Balneário Camboriú não têm parcelas de contribuições, retidas dos servidores ou patronais, não recebidas pelo ente municipal. Desta forma, não há regime de parcelamento de contribuições não recebidas, mas houve parcelamento do Aporte referente ao valor de R\$ 11.034.893,09 (onze milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e nove centavos), não pago referente à parcelas do ano de 2020, de julho a dezembro, em virtude do estado de calamidade pública trazido pelo novo Coronavírus - COVID-19, promulgado pelo decreto municipal nº 9.853 de 30 de março de 2020, foi objeto de repactuação em sessenta parcelas de R\$ 190.624,50 (cento e noventa mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), corrigidos pelo IPCA + juros de 0,47% ao mês, através do Termo de Parcelamento 045/2021, conforme norma autorizativa, Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 2020, e está registrado no Ativo do BCPREVI, Outros Créditos Previdenciários Parcelados, segregados em curto e longo prazo. Em 2021 foram recebidas 12 parcelas, totalizando R\$ 2.271.095,04 e mais R\$ 559.279,40 referente a correção e juros, e em 2022 foram recebidas 23 parcelas no total de R\$ 2.804.109,51, sendo R\$ 2.096.869,50 referente ao principal e R\$ 707.240,01 referente a correção e juros.

III - Alíquotas: As alíquotas de contribuições dos servidores e do ente são respectivamente, 11% e 22%. No ano de 2021 houve o alinhamento com a Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, alterando a alíquota de contribuição dos servidores ativos e inativos de 11% para 14%, através da Lei Complementar nº 72 de 14 de janeiro de 2021. A alíquota patronal não sofreu modificação. Não há alíquotas suplementares, uma vez que o déficit atuarial foi equacionado por meio de Aportes.

IV - Informações do Déficit:

Vide dados do item “I – Avaliações atuariais”

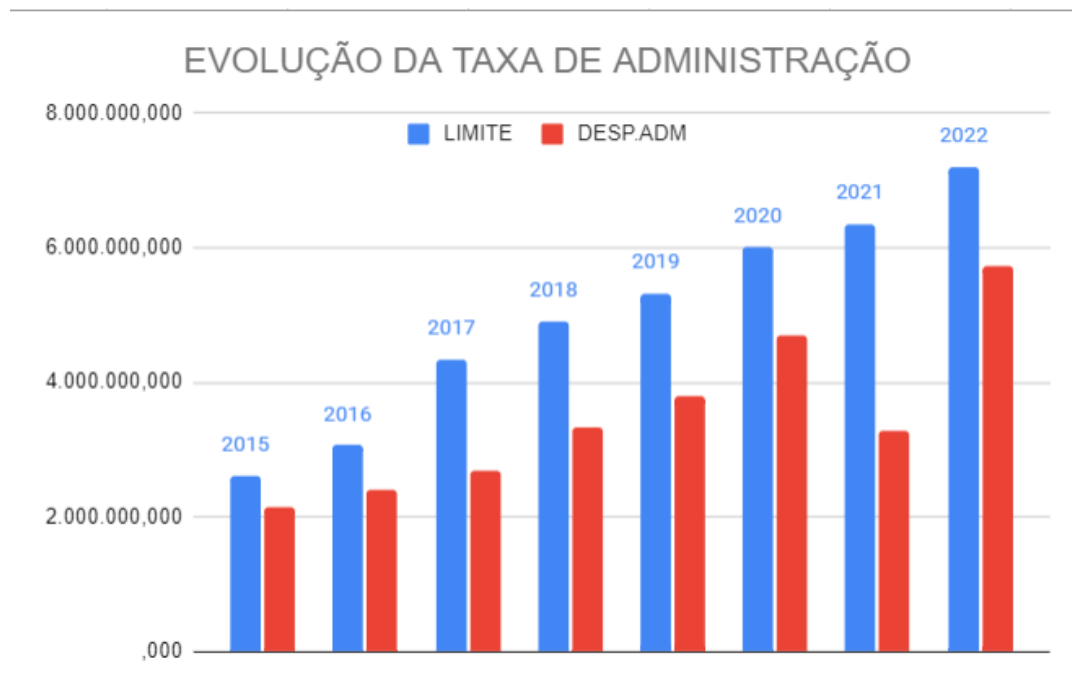
V – Taxa de Administração:

Taxa de administração é o percentual estabelecido em legislação de cada ente, para custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, conforme dispõe o artigo 15 da Portaria MPS nº 402/2008, atualizado pela Portaria SEPRT/ME nº 19.451 de 18/08/2020, que será de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme percentual definido em lei de cada ente.

A lei de criação do BCPREVI, nº 2.421 de 2004, em seu artigo 24, Parágrafo único, estabelece o regramento da taxa de administração:

Parágrafo Único: A taxa de administração prevista para o pagamento de despesas de manutenção não poderá exceder a 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários (dependentes) do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, abrangidos por seus Poderes Legislativo e Executivo, incluídas suas autarquias e fundações no exercício financeiro anterior.

CONTROLE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2022/2023								
DADOS PARA CÁLCULO DA TX ADM PARA 2023					DADOS DA UTILIZAÇÃO DA TX ADM EM 2022			
Mês/2022	Remun. Ativos	Remun. Aposentados	Remun. Pensionistas	Total	Limite mensal 2022	Gastos adm em 2022	excesso / economia de despesa	% utilizado do mês
Janeiro	27.819.747,88	5.242.293,30	687.331,90	33.062.041,18	554.479,68	322.123,59	232.356,09	58,09%
Fevereiro	24.997.223,48	5.272.807,69	680.246,33	30.270.031,17	554.479,68	258.518,26	295.961,42	46,62%
Março	24.709.891,25	5.315.764,00	712.050,63	30.025.655,25	554.479,68	221.223,07	333.256,61	39,90%
Abril	24.508.753,22	5.370.598,70	686.030,07	29.879.351,92	554.479,68	397.639,23	156.840,45	71,71%
Mai	30.750.547,75	6.800.929,42	672.298,92	37.551.477,17	554.479,68	234.457,49	320.022,19	42,28%
Junho	25.935.912,16	5.749.587,21	676.367,07	31.685.499,37	554.479,68	281.975,67	272.504,01	50,85%
Julho	26.024.346,66	5.805.748,67	699.223,50	31.830.095,33	554.479,68	952.253,57	-397.773,89	171,74%
Agosto	25.836.548,35	5.862.105,35	706.874,11	31.698.653,70	554.479,68	820.422,24	-265.942,56	147,96%
Setembro	25.859.104,45	5.894.417,80	690.414,51	31.753.522,25	554.479,68	606.128,16	-51.648,48	109,31%
Outubro	25.815.896,16	5.923.077,15	679.344,19	31.738.973,31	554.479,68	494.938,60	59.541,08	89,26%
Novembro	26.132.256,10	5.985.056,19	696.367,08	32.117.312,29	554.479,68	577.296,86	-22.817,18	104,12%
Dezembro	50.638.118,85	11.794.063,69	1.441.713,04	62.432.182,54	1.108.959,35	566.148,58	542.810,77	51,05%
Total	339.028.346,31	75.016.449,17	9.028.261,35	414.044.795,48	7.208.235,79	5.733.125,32	1.475.110,47	79,54%
Taxa Adm. Para 2023 – 2%				8.280.895,91	% gasto em 2022 com Tx.Adm.		1,59	
Proporção mensal – 12 meses (+) 13*				636.991,99	% da Tx.Adm 2022 utilizada		79,54%	



ANO	LIMITE	DESP ADM	% UTILIZADO
2015	2.606.128,57	2.154.210,60	1,65
2016	3.066.021,03	2.416.121,84	1,58
2017	4.332.142,72	2.696.392,22	1,24
2018	4.910.767,97	3.320.166,06	1,35
2019	5.323.330,41	3.789.247,06	1,42
2020	6.011.699,46	4.686.519,01	1,56
2021	6.359.500,15	3.284.890,01	1,03
2022	7.208.235,79	5.733.125,32	1,59
Limite para 2023		R\$ 8.280.895,91	

Através das tabelas e gráficos acima, percebe-se que o limite disponível para utilização com taxa de administração era de R\$ 7.208.235,79, sendo que foi realizado 79,54% deste valor, R\$ 5.733.125,32. Desta forma, o percentual disponível que é de 2%, ficou ao término de 2022 em 1,59%. Percebe-se ainda, que o valor limite a ser gasto com despesas administrativas do BCPREVI em 2023 é de R\$ 8.280.895,91.

DEMAIS ATOS PERTINENTES

a) Serviços para Beneficiários:

ATENDIMENTOS				
Descrição	2019	2020	2021	2022
Atendimentos da Recepção	492	289	957	2.880
Aposentadorias Deferidas	72	79	54	76
Aposentadorias Indeferidas	13	22	21	15
Pensões Deferidas	9	15	15	13
Pedidos Cancelados	10	17	14	11
Pedidos de Abono de Permanência	48	26	13	42
Pedidos em Tramitação em 31/12/2022	21	11	133	151
Processos enviados ao TCE- SC	112	93	102	131
Diligências atendidas - TCE - SC	14	34	28	25
Visitas externas Sociais e Institucionais	117	23	19	18

b) Programas voltados aos Servidores

b1. Programa de Pré e Pós Aposentadoria ao Servidor – PPA Servidor:

O PPA Servidor é uma iniciativa desenvolvida pelas secretarias de Gestão Administrativa, Pessoa Idosa e BCPREVI, e tem por finalidade valorizar, acolher e capacitar os servidores públicos municipais efetivos, ativos e inativos. Os encontros são realizados presencialmente no local de trabalho dos servidores participantes, no auditório do BCPREVI e na secretaria da Pessoa Idosa, também são realizados encontros virtuais e mistos para atingir o maior número possível de pessoas,

O PPA Servidor é composto de 7 (sete) etapas.

Na pré aposentadoria:

- Programa de Integração: onde é apresentado ao servidor que inicia a carreira seus direitos, deveres, normas e procedimentos do funcionalismo público, com o objetivo de facilitar o processo de adaptação.
- Entendendo a Aposentadoria: nessa etapa, os profissionais do instituto apresentam o PPA ao servidor e esclarecem tudo sobre os direitos e deveres previdenciários.
- Encontro de Boas Vindas: o funcionário é acolhido, integrado e poderá conversar e fazer um levantamento sobre suas perspectivas e expectativas sobre a aposentadoria.
- Planejamento Financeiro: onde os futuros aposentados e os servidores já aposentados recebem orientações. Sobre como reorganizar suas finanças e de como adaptar-se a possíveis mudanças financeiras que a aposentadoria traz. Contando com mediação de um profissional da área financeira.
- Projeto de Vida: na quinta etapa do programa não há palestra, e sim um bate papo. Uma roda de conversa mediada por uma psicóloga que abordará assuntos relacionados à qualidade de vida, além de lazer e atividades culturais.

Na pós aposentadoria:

- Muito Obrigado: Os recém aposentados recebem uma homenagem símbolo de reconhecimento e gratidão do poder público pelos serviços prestados.
- Vivendo a Aposentadoria: onde o servidor prestes a se aposentar escuta do ex-colega, já aposentado, experiências sobre essa nova fase da vida. Nessa etapa o servidor também será apresentado aos programas desenvolvidos na Secretaria da Pessoa Idosa.

Em casos especiais, o BCPREVI, vai até o aposentado com dificuldades de mobilidade e lhe dá o direito de receber e participar das etapas.

Em 2022 foram realizados 16 encontros (7 foram on-line), onde participaram 198 servidores, sendo 98 na parte da pré-aposentadoria e 100 no pós aposentadoria.

b2. Atividades Laborais

Todas as sextas-feiras são feitas intervenções laborais com os servidores do instituto. O Objetivo das dinâmicas é promover saúde física e emocional.

Uma das atividades desenvolvidas é a ginástica laboral, que é excelente para o desempenho do trabalho, deixando a equipe mais disposta e relaxada, devido ao aquecimento

dos grupos musculares. Na prática são executados uma série de exercícios, que envolvem técnicas de alongamento da cabeça ao tronco e técnicas de respiração. Durante os exercícios, são trabalhadas a percepção corporal, reparação da postura e fortalecimento muscular. Tais atividades são fundamentais para uma melhor mobilidade do corpo.

Outras atividades também são praticadas como meditação, palestras motivacionais, informações sobre nutrição e bem estar, quick massagem e yoga.

c) Atos jurídicos:

01. Atos de auxílio ao gabinete do Presidente, e Setores: Financeiro, Contábil, Administrativo, e de Benefícios, deste órgão:

- a) Comunicados;
- b) Consultas ao TCE/SC;
- c) Portarias;
- d) Monitoramento de site;
- e) Acompanhamento de curso e atualidades jurídicas e do mercado financeiro;

02. Atos judiciais em prol deste Instituto (aproximados 60 atos/processos-jud./ano):

- a) Petições Intermediárias, Impugnações a Laudos Periciais, Manifestações, e afins (50), Contestações (03);
- b) Recursos ao TJSC, STJ, STF (às 2ª e última Instância, aproximados 07 atos/processos/ano);

03. Atos diversos extrajudiciais (aproximados 175 atos/processos-adm./ano):

- a) Elaboraões, análises, ajustes, aos Contratos e/ou Aditivos;
- b) Notificações Extrajudiciais;
- c) Aproximadamente “79” manifestações em Memorandos, Ofícios e Protocolos;
- d) Pareceres Jurídicos (também em documentos), preventivo e coercitivo, previdenciário e reflexos - investimentos, BCB, CVM, e afins;
- e) Estudos de casos;
- f) Auxílio e atendimentos ao balcão, telefone, e afins;
- g) Atendimento jurídico aos servidores ativos e inativos, e pensionistas;
- h) Apoio na abertura e fechamento do Ente;
- i) Comissões administrativas (orientações sem ônus).

d) Atos do Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI, com fundamento na alínea *h* do artigo 5º c/c com a alínea *e* do artigo 7º ambos do Regimento Interno aprovado em 21 de maio de 2019 elabora o Relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2022.

Este conselho, reuniu-se em **seis reuniões ordinárias**, realizadas de forma presencial, nas quais executou, no uso das suas atribuições legais, as atividades definidas na Lei n. 2.421/2004 e no Regimento Interno, conforme descrito abaixo:

1. Aprovação do calendário de reuniões de 2022; Análise das contas dos meses

- de Outubro a Dezembro de 2021; Análise e elaboração do Parecer sobre o Relatório do Comitê de Investimentos referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021;
2. Elaboração e aprovação da Prestação de contas referente ao exercício de 2021;
 3. Análise mensal das contas do Instituto referente aos meses de janeiro até setembro de 2022;
 4. Análise mensal dos Relatórios do Comitê de investimentos referente aos meses de janeiro até julho de 2022; e
 5. Proposta de calendário de Reuniões ordinárias para o exercício de 2023.

Diante do exposto, para fins de transparência das atividades desenvolvidas por este conselho, o Presidente, em nome de seus conselheiros, declara que as atividades acima foram executadas em 2022, a fim de cumprir as atribuições legais vinculadas a este conselho.

e) Atos do Comitê de Investimentos:

- 12 Reuniões Ordinárias, presenciais e *on-line*;
- 03 Reuniões Extraordinárias, presenciais e *on-line*;
- 12 reuniões de Grupo de Estudos de forma híbrida, presenciais e *on lines*;
- 20 reuniões presenciais e *on-lines* com representantes de Instituições financeiras;
- Participação no IV Seminário de Investimentos da ABIPEM;
- Participação no XI Seminário de Investimentos da Assimpasc;
- Participação no XXI Seminário Nacional de Previdência da Aneprem;
- Credenciamento das Instituições Financeiras, Administradoras de Ativos;
- Credenciamento dos Fundos de Investimentos;
- Diligências *in loco* à gestoras e distribuidoras de produtos de investimentos;
- Assinaturas das APRs;
- Participação em eventos da Assimpasc de certificação ANBIMA;
- Elaboração da Política de Investimentos de 2022 - 1º alteração;
- Elaboração da Política de Investimentos de 2023;
- Elaboração de Relatório de Gestão para Conselho Fiscal;
- Recebimento e aprovação de estudo de ALM;
- Participação em reunião de apresentação de Estudo Atuarial de 2021, exercício 2021;
- Participação em Audiência Pública do BCPREVI;
- Acompanhamento diário do mercado financeiro;

f) Atos do Conselho Administrativo:

Este relatório apresenta a síntese das atividades realizadas pelo Conselho Administrativo do BCPREVI durante o período de janeiro a dezembro de 2022, voltadas ao

aperfeiçoamento das práticas de gestão administrativa e demais adequações com vistas a entregar aos servidores um instituto de excelência.

Para tanto, no cumprimento de suas competências previstas no art. 15 da Lei Ordinária nº 2.421 de 2004, os conselheiros não pouparam esforços no sentido de bem administrar com sucesso, zelo e eficiência as questões administrativas, contábeis, financeiras e de recursos humanos, assim sendo, reuniram-se ordinariamente 05 (cinco) vezes.

No sentido de realizar um aprimoramento constante os conselheiros participaram de eventos de capacitação realizados em um primeiro momento pela própria equipe do instituto, posteriormente em eventos realizados pela Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Santa Catarina – ASSIMPASC e pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM, sendo o principal deles o 10º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS's (Dias 30/11, 01 e 02/12, em Brasília/DF), que tem como objetivo a capacitação dos Conselheiros para atuarem de forma colegiada na promoção do desenvolvimento e da boa governança dos RPPS.

A programação é desenvolvida destacando o papel e responsabilidades dos Conselhos e sua relação com a gestão, oferecendo vivência nas questões essenciais, as quais lhe cabem decisão e monitoramento.

A participação nesses eventos deu subsídio para a atuação do Conselho frente ao projeto desenvolvido pelo BCPREVI, que foi a ampliação da conquista da certificação no Pró-Gestão nível I, conquistada em 2019, inicialmente, e ampliada ao nível II em 2022, mediante o reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão que foram implementadas, como a realização da Audiência Pública Anual e realização do mapeamento de processo.

Outras atividades desempenhadas pelo Conselho foram as seguintes:

- Análise, deliberação e aprovação do Plano de Ação de Capacitação 2022;
- Análise, deliberação e aprovação do Plano de Ação Anual 2022;
- Análise, deliberação e aprovação parcial das proposições para implementação da reforma da previdência;
- Análise, deliberação e aprovação da Política de Investimentos 2022, 1º alteração;
- Análise, deliberação e aprovação da Política de Investimentos 2023;
- Análise do parecer do Conselho Fiscal sobre os balanços Contábeis do Instituto;
- Análise, deliberação e aprovação do chamamento de 9 (nove) efetivos do concurso público a realizar em 2023, sendo eles: 2 analistas previdenciários, 1 analista financeiro, 1 técnico contábil financeiro e 5 assistentes administrativos.

Essas e outras atividades no ano de 2022 demonstram que com dinamismo e transparência na condução de suas responsabilidades institucionais, os Conselheiros conseguiram alcançar os objetivos propostos, norteados pelo seu Plano de Trabalho, reconhecendo sempre que tudo o que foi executado só é possível por meio da colaboração irrestrita que o corpo técnico do Instituto forneceu durante toda essa jornada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A ordem numérica deste relatório segue os itens conforme estabelece a Instrução Normativa TC nº 20/2015, em virtude disso, alguns itens foram suprimidos e não constam nesta peça pela inexistência da informação.

Balneário Camboriú, 30 de Dezembro de 2022.

Diretoria Executiva:

KARINE ALMEIDA GOMES

Diretora-Presidente

DENISE RONCHI FRANCEZ

Diretora Financeira

KALINKA FLORIANO PETERES

Diretora de Benefícios

Conselhos:

CARLA R. M. DA SILVEIRA

Conselho Administrativo

Presidente

MARCELO SCHMIDT

Conselho Fiscal

Presidente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FFCD-AD0A-BF3A-180F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CARLA ROSANE MUNARI DA SILVEIRA (CPF 588.XXX.XXX-53) em 10/04/2023 18:22:19 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ KARINE ALMEIDA GOMES (CPF 004.XXX.XXX-37) em 10/04/2023 18:22:37 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DENISE RONCHI FRANCEZ (CPF 053.XXX.XXX-99) em 10/04/2023 18:24:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCELO SCHMIDT (CPF 931.XXX.XXX-53) em 11/04/2023 12:07:52 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ KALINKA FLORIANO PÊTERES (CPF 939.XXX.XXX-68) em 11/04/2023 12:33:28 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/FFCD-AD0A-BF3A-180F>